Conselho das Comunidades Portuguesas

ATA DA QUADRAGÉSIMA NONA REUNIÃO DO CONSELHO PERMANENTE DO CCP, realizada *on-line* pelo aplicativo ZOOM, a 16 de janeiro de 2021, com início às 14h10 de Lisboa, para tratar da seguinte ordem do dia: **1)** Aprovação da Ata da reunião de 19/12; **2)** Orçamento 2021 e metodologia de formulação e apresentação da proposta orçamental ao futuro do CCP 2022; **3)** Eleições à Presidência da República a 23 e 24 de janeiro; **4)** Assuntos Gerais. Presentes os Conselheiros titulares Flávio Martins, Amadeu Batel, Manuel Coelho, Daniel Loureiro, Pedro Rupio, Lígia Fernandes, Maria de Lurdes Almeida, Ângelo Horto; justificaram ausência os Conselheiros Paulo Marques e Rita Santos. Como convidados e em representação das Comissões Temáticas os Conselheiros Paulo Martins e António Freitas. A reunião iniciou-se com o Cons. Flávio Martins a agradecer a presença de todos e informou que circulou a confirmação pela SECP, Dra. Berta Nunes, do orçamento do CCP para 2021 em 200.000 € (duzentos mil euros), aprovado pela Assembleia da República mediante indicação do Governo, e pôs em votação a ordem do dia, que foi aprovada por unanimidade. No ponto **1)** Aprovação da Ata da reunião de 19/12, a mesma foi aprovada embora tenham os Conselheiros até o dia 17/1 tempo para manifestar alguma contribuição/retificação à Ata antes que a mesma seja circulada. Passando-se ao ponto **2)** Orçamento 2021 e metodologia de formulação e apresentação da proposta orçamental ao futuro do CCP 2022. Este ponto foi excessivamente debatido por todos devido a ser de carácter complexo e muito abrangente pois tem a ver não apenas com a realização de reuniões ou de atividades dos Conselhos, Comissões e Secções locais, como ocorreu neste mandato, mas com a implementação de futuras estruturas para um melhor funcionamento e autonomia do CCP, tendo todos contribuído com varias sugestões a ter em mente num documento final. Foram apresentadas, preliminarmente, sugestões de estrutura física e de necessidade de pessoal permenente (técnicos/assessores) e temporários (pareceristas). Ao final, foi

aprovada a seguinte proposta e cronograma de trabalho: os Conselheiros Amadeu Batel e Paulo Martins redigirão e apresentarão um documento com as mais variadas questões até a semana da próxima reunião on-line em fevereiro (deverão encaminhá-lo para ser anexado à convocatória até o dia 15/2), quando será então feito um primeiro debate na reunião do CP/CCP (dia 20/2); após a versão aprovada nessa reunião será circulada pelos Conselhos Regionais (inclusive pautando esse tema em suas reuniões presenciais), que terão até o dia 10 de abril para apresentar contribuições e enviá-las ao CP/CCP que na reunião de abril as debaterá para, depois na reunião presencial de maio, aprovar a publicitar a redação final desse documento de proposta orçamentária para o próximo mandato (2022). Passando-se ao ponto **3)** Eleições à Presidência da República no âmbito das Comunidades, dias 23 e 24 de janeiro, os Conselheiros unanimemente concordaram que haverá uma enorme abstenção de voto nas Comunidades Portuguesas, abstenção essa que é o espelho da falta de apoios à informação e ao exercício do voto no estrangeiro agravados pela não duplicação de mesas de votos e pela ausência da opção de voto por correspondência ou outros meios á distância, conforme sugestões apresentadas em documento geral do CCP em novembro passado, que não foram nem aprovadas, nem implementadas, nem respondidas a contento. O Cons. Ângelo Horto afirmou a ausência de ampla divulgação desse ato eleitoral, o Cons. Amadeu Batel lembrou que o número de eleitores elevou-se de 250.000 na última eleição (2016) para mais de 1.550.000 para esta e que não houve interesse em alargar-se as modalidades de voto nas Comunidades. A Cons. Maria de Lurdes Almeida reiterou que pouco foi feito, apesar da SECP ter manifestado, em entrevista à RTP, o aumento/desdobramento de mesas de voto em quase 30%. O Cons. Paulo Martins apresentou sua preocupação quanto à abstenção acabar por beneficiar candidaturas extremistas e instáveis cujos efeitos sentem-se em outros países. O Cons. Pedro Rupio disse que nunca se falou tanto do voto nas Comunidades como nesta eleição tendo

sido, inclusive, abordado o postal e mesmo a possibilidade do eletrónico à distância, apesar de ser algo muito distante ainda; disse ainda entender pelo que ouviu de especialistas não haver necessidade de alteração constitucional para o voto postal nas presidenciais, bastando alterar a legislação eleitoral. O Cons. Flávio Martins disse que o CP/CCP, com base na carta geral do CCP de novembro passado, deverá publicitar uma NOTA logo após a eleição ante aos resultados da participação nas Comunidades e que recebeu do Diretor-Geral da DGACCP um carta que trata de manifetações do Cons. Sérgio Tavares acerca da participação eleitoral neste momento, o que teria contrariado o Cônsul-Geral em Manchester. Disse ainda que fez contato com o Cons. Sérgio Tavares, a quem remeteu a carta recebida, para sua ciência. Passando-se ao ponto **4)** Assuntos Gerais, o Cons. Flávio Martins informa que: a) que enviou ofício à SECP e ao GSECP para informar a calendarização das reuniões do CCP até junho, quando cessarão nosso mandatos; b) que tratou da proposta do Conselheiro Daniel Loureiro (quanto à publicidade institucional do Estado nas Comunidades) diretamente com ele e que ela será debatida na próxima reunião do CP/CCP, mas antes passará pela Comissão Temática de EPE, Cultura, Associativismo e Comunicação Social; c) que recebeu do Con. Pedro Rupio, no passado dia 04, a mensagem para buscar apoio junto ao GSECP para digitalização de documentos selecionados pelo GT "Memória do CCP", ante à negativa do Instituto Diplomático e que um ofício do CP/CCP foi enviado ao GSECP solicitando essa ajuda; d) que o Cons. Sérgio Tavares, por assuntos pessoais e nada relacionados com o tema antes informado, pediu suspensão de seu mandato por 30 dias até o dia 11/2, o qu foi aceite; e) que, conforme mensagem de 06 de janeiro a todos do CCP, um ofício foi enviado no dia 23/12 à Presidência da AR, aos Grupos Parlamentares, aos Deputados/as unipessoais e aos 4 Deputados pelas Comunidades para tratar do andamento da revisão da Lei 66-A e que, até agora, somente o Deputado Paulo Pisco (PS) respondeu genericamente mas que

resposta alguma foi recebida dos outros destinatários e que esta semana recebeu proposta do CR de Europa sugerindo agendamentos de reuniões on-lin com os GPs na AR para tratarmos do tema, pedindo então a manifestação dos presentes á reunião; f) finalmente, informou que o CP/CCP pecisará renovar o domínio do endereço e a hospedagem na Internet do sítio www.conselhodascomunidades.pt o que corresponderá a algo entre 100 e 150 euros, conforme o câmbio e pede aprovação ao CP/CCP para realizar estes pagamentos. Nas manifestações que se seguiram, por unanimidade foi aprovada a proposta de tentar se agendar reuniões on-line com os GPs na Assembleia da República a fim de tratar-se da revisão da lei 66-A e foi aprovada, também por unanimidade, a autorização para os dois pagamentos de manutenação do sítio do CCP. O Cons. Manuel Coelho informa que, muito provavelmente, não haverá reunião presencial do CR de África em março, por conta da pandemia. Por fim, foi informado que o GSECP contatou a Assembleia da República para agendamento de salas visando as reuniões das Comissões Temáticas e do CP/CCP mas houve a rejeição dessas reuniões no prédio da AR, por enquanto. Nada mais havendo a tratar, a presente reunião foi encerrada às 16h30 (hora de Lisboa), mandando-se lavrar esta Ata, cópia fiel dos trabalhos realizados e que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e pelo Secretário, na forma do Regulamento deste Conselho Permanente do CCP.